
A morfologia da habitação social no Porto após o Plano de Melhoramentos: Ruptura ou continuidade?

Vasco Manuel Baptista da Silva Pinto Cardoso - vcardoso@fba.up.pt ;

Morfologia Urbana, encontros, rupturas, continuidades

A morfologia da habitação social no Porto após o Plano de Melhoramentos: Ruptura ou continuidade?

No âmbito de um projecto de doutoramento no campo da Morfologia Urbana, focado no território das freguesias portuenses mais próximas da estrada da circunvalação e durante o século XX, propõe-se apresentar um estudo relativo ao tipo de edificação que aparece em maior quantidade nesse território - a habitação social -, nomeadamente aquela que foi construída depois da primeira fase do Plano de Melhoramentos do município portuense.

Numa primeira fase e tal como o tinha sido na Europa, o problema da habitação não foi assumido pelo poder público. Filantropos, industriais e cooperativas de operários, foram os primeiros promotores. No Porto, as ilhas formalizaram o primeiro investimento privado em habitação operária. Mas, dada a fraca industrialização e inexistência de um quadro legal regulador, aquela foi a solução de condições mínimas, que conseguiu o equilíbrio entre o baixo rendimento dos operários, as condições oferecidas pelo território da cidade e as débeis condições económicas dos seus promotores. Por outro lado, o país não tinha industriais nem tradições associativas ou filantrópicas capazes de produzir planos de intervenção definidos previamente. Por último e tal como tinha acontecido na Europa o custo da filantropia era pago pelo paternalismo e pela omnipresença do controlo do patronato. Neste quadro, as propostas privadas não se formalizaram em habitações capazes, higiénicas e salubres. Assim, estava aberto o campo para a intervenção pública.

Na sequência do “Inquérito Industrial” de 1881, entre 1883 e 1908, foram tomadas algumas iniciativas legislativas, embora a grande maioria tenha ficado pelas intenções, a nada de relevante conduzindo face à enormidade do problema. No entanto, destas iniciativas ficaram claras três directrizes que guiaram a iniciativa pública nos anos seguintes. O Estado reservaria para si o papel de facilitador da, esperada, iniciativa privada. Deveria ser assegurada a necessidade de se garantir a boa higiene e salubridade (e a partir da data da sua publicação, do cumprimento Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas). E, ficaria apontado o modelo de habitação da casa individual com jardim à frente e atrás, associadas aos pares ou em banda. O insucesso destes documentos passou pela desadequação dos modelos legislativos estrangeiros à realidade nacional e pelos constrangimentos legais impostos, que

não captavam o interesse lucrativo da iniciativa privada, face à concorrência do investimento em construção burguesa.

Assumida a necessidade da intervenção pública para a resolução do problema do alojamento do operariado, decorreu no território do Porto o debate mais acesso entre as opções morfológicas estatais e as municipais: o modelo da casa-jardim e os blocos de apartamentos. O resultado acontece nos anos prósperos da década de 50 com a afirmação da proposta municipal, no âmbito do Plano de Melhoramentos, 1956-1966. O plano permitiu que se construíssem alguns bairros, num total 6072 fogos e deste modo, resultou num decréscimo significativo do problema. A solução das casas económicas, anterior, não tinha conseguido tão bons resultados por oferecer casas longe das possibilidades dos mais carenciados, aliás como o próprio Estado o reconheceria.

Do debate tido produziram-se rupturas na morfologia dos conjuntos edificados, testemunhadas no encontro ocorrido aquando da construção dos bairros de blocos contiguamente às casas económicas. Foram razões de interesse económico na infra-estruturação do território, de urbanização do território até então rural, de disponibilidade de terrenos a preços baixos, de interesse na libertação de terrenos nas áreas centrais e da possibilidade de distribuição dita equitativa dos diferentes extractos de população de baixo rendimento pelo território da cidade, que conduziram aos mencionados encontros.

Posteriormente, de 1966 a 1972 houve lugar a continuação do Plano de Melhoramentos, mas esta segunda fase sem o vigor da primeira. Já depois do 25 de Abril, novas iniciativas ocorreram no território de estudo: a promoção estatal e o Fundo do Fomento da Habitação, o Instituto Nacional da Habitação e a promoção cooperativa, a promoção municipal e o Plano especial de Realojamento a as Habitações a Custos Controlados.

No presente trabalho procurar-se-á indagar das rupturas, encontros e continuidades ocorridas com cada uma das novas propostas de intervenção. Para tal, haverá, na base, um enfoque nos diferentes contextos sócio-político-económicos, nas origens das diferentes iniciativas e na própria conformação morfológica ocupante do território que se foi tornando urbano. Averiguar-se-ão algumas hipóteses: a vantagem de novos empreendimentos se implantarem nas proximidades de áreas urbanizadas na redução de custos com a infra-estruturação; a possibilidade da referida proximidade se dever (também) a uma desvalorização dos terrenos associada à presença de habitantes de fracos recursos, tendo contrariado o efeito da granulometria social do Plano Regulador. Se, a uma primeira vista, existem continuidades de morfologias nas propostas de diferentes iniciativas e que assumem o bloco isolado, é certo que no seio da Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos e já durante a primeira fase do plano, se esboçaram propostas de metamorfose dos modelos de morfologias da partida. Por outro lado e por exemplo, lembra Alexandre Alves Costa que a solução das torres do Aleixo “aproxima-se em qualidade do melhor que se construiu, seja na Itália neo-realista, nos projectos da Ina Casa, seja em Portugal, nas torres, mais tímidas, de Teotónio Pereira nos Olivais Norte. Nada de parecido com os projectos franceses HLM...” a que muito deve a primeira fase do Plano.